

Imperialismo, guerra, comunicação e a transição do sistema global de cultura na terceira década do século XXI em perspectiva histórico-estrutural

Imperialism, war, communication and the cultural global system transition in the third decade of the 21st century in historical-structural perspective

Imperialismo, guerra, comunicación y la transición del sistema global de cultura en la tercera década del siglo XXI en perspectiva histórico-estrutural

César Bolaño

Universidade Federal de Sergipe | bolano.ufs@gmail.com

Resumo: A intervenção russa na Ucrânia em 2022 deve ser entendida à luz da crise do capitalismo e da crise de hegemonia dos Estados Unidos. O sistema imperialista se organiza com base em uma hierarquia de instituições, entre as quais o sistema global de cultura, estruturado hoje em torno dos grandes meios de comunicação de massa e das plataformas digitais. Este artigo procura sintetizar essas determinações, concluindo com uma proposta de agenda de pesquisa na perspectiva crítica da economia política da comunicação e da cultura.

Palavras-chave: comunicação; imperialismo; economia política; guerra.

Abstract: The Russian intervention in Ukraine in 2022 must be seen in the light of the crisis of capitalism and the crisis of the United States hegemony. The imperialist system is organized on the basis of a hierarchy of institutions, including the global system of culture, structured nowadays by the massive communication media and digital platforms. This article aims to synthesize these determinations, concluding with a proposition of a research agenda in the perspective of a critique of political economy of communication and culture.

Keywords: communication; imperialism; political economy; war.

Resumen: La intervención rusa en la Ucrania en 2022 debe ser entendida a la luz de la crisis del capitalismo y la crisis de la hegemonía de los Estados Unidos de Norteamérica. El sistema imperialista se organiza con base en una jerarquía de instituciones, entre las cuales, el sistema global de cultura, estructurado hoy en torno a los grandes medios de comunicación de masas y las plataformas digitales. Este artículo busca sintetizar esas determinaciones, concluyendo con una agenda de investigación en la perspectiva de la crítica de la economía política de la comunicación y de la cultural.

Palabras clave: comunicación; imperialismo; economía política; guerra.

Introdução

Logo no início da intervenção russa na Ucrânia, em fevereiro de 2022, produzi dois pequenos artigos sobre imperialismo e comunicação (BOLAÑO, 2022a; 2022b), que tomo por pressuposto aqui, evitando entrar em detalhes sobre o início dos conflitos em 2014 e considerações de ordem geopolítica já feitas. Em todos os casos, o que se busca é uma interpretação de conjunto, no plano econômico, político e cultural, com destaque para o problema da comunicação, num momento crítico para o conjunto do sistema econômico e das estruturas de poder mundiais, inclusive pelas consequências da própria guerra, como têm ressaltado os melhores analistas – por exemplo, José Luís Fiori (2022).

Minha análise sobre a guerra difere de boa parte da esquerda, especialmente europeia, como a do professor François Chesnay (2022) que, numa carta aos “amigos brasileiros”, deixa de lado o rigor analítico que caracteriza seus influentes trabalhos sobre a mundialização do capital para nos brindar com uma singela análise das características psicológicas do presidente russo, ou a de Slavoj Žižek (2022), que se coloca, no conflito, explicitamente a favor da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), para citar apenas dois entre muitos¹. Mas não pretendo entrar aqui nesse debate. Faço apenas uma breve referência inicial ao livro clássico de Vladimir Lênin (1979) – originalmente lançado em 1916 – sobre o imperialismo (incluindo uma nota longa) para indicar a linha de interpretação adotada.

Na sequência, apresentarei a localização histórica do problema para, no tópico posterior, dar ênfase à transição do sistema global de cultura, ligada à reestruturação produtiva e seus impactos sobre a organização das comunicações em nível mundial. No terceiro tópico, para concluir, retomarei, de forma sintética, os pontos sugeridos nos artigos mencionados a respeito de uma agenda de pesquisas para a área de comunicação, sobre a guerra, entendida como situação extrema em que as instituições que conformam o sistema imperialista revelam sua unidade e a funcionalidade de cada uma, inclusive os meios de comunicação de massa, pensados, no interior dessa totalidade, sob o fundamento da crítica da economia política.

Delimitação histórica do problema

Começemos por descartar a ideia pueril, aventada especialmente no início da intervenção russa, de uma guerra entre dois impérios. Do ponto de vista do materialismo histórico, a noção abstrata de império, aplicável aos antigos romanos, persas ou chineses, como aos impérios territoriais feudais do período absolutista, aos otomanos, ou ao império russo dos czares, carece de sentido. Lênin (1979, p. 81) é muito claro a esse respeito:

A política colonial e o imperialismo já existiam antes da fase contemporânea do capitalismo e mesmo antes do capitalismo. Roma, alicerçada na escravatura, levava a cabo uma política colonial e praticava o imperialismo.

¹ Anselm Jappe (2022), por exemplo, sugere que a Europa corte radicalmente todas as importações de gás, petróleo e *commodities* da Rússia, a fim de não apenas fazer Putin recuar, mas ainda provocar um abalo na economia capaz de destruir o sistema “produtor de mercadorias” e acelerar a transição tecnológica. Não demonstra qualquer preocupação com a catástrofe demográfica que o cancelamento das exportações de grãos e dos insumos agrícolas russos poderia causar, não apenas à Europa. Não vejo interesse em discutir aqui esse tipo de argumento apenas para concluir que o pensamento europeu já não tem praticamente mais nada a nos oferecer.

Mas os raciocínios “de ordem geral” sobre o imperialismo que negligenciam ou relegam para segundo plano a diferença essencial entre as formações econômicas e sociais degeneram, infalivelmente, em banalidades ocas ou em jacências, como a comparação entre a “Grande Roma” e a “Grã-Bretanha”.

E emenda: “A própria política colonial do capitalismo, nas fases anteriores a ele, distingue-se funcionalmente da política colonial do capital financeiro” (LÊNIN, 1979, p. 81), remetendo, assim, à sua definição de imperialismo, em chave econômica, como fase do capitalismo – mais especificamente, do capitalismo monopolista, sob o comando do capital financeiro. Mas a guerra atual tampouco é interimperialista, como em certas interpretações formuladas no início do conflito.

Imperialismo é uma estrutura histórica particular, fruto da tendência à concentração e centralização do capital que Karl Marx (2017) esclarece ao final do livro primeiro d’*O Capital*, a qual, na virada do século XX, promove uma mudança qualitativa, inaugurando uma situação nova, uma fase superior do capitalismo. Todos os impérios pré-capitalista que o antecederam imediatamente ruirão frente ao imperialismo triunfante, salvo o império czarista, cuja derrocada foi obra do proletariado russo, inaugurando um novo sistema, dito socialismo real, que não é matéria deste artigo, mas ao qual, em todo caso, não se aplica em absoluto o conceito de imperialismo, como pretendem outros.

Na boa tradição marxista, imperialismo é o governo mundial do capital monopolista, decorrente do desenvolvimento das grandes potências industriais da Europa e do Japão, as quais, tendo realizado a Segunda Revolução Industrial ao longo do século XIX, se lançaram, no início do seguinte, numa disputa pela divisão do mundo e pelo acesso às fontes de matérias-primas e aos mercados, a qual desembocaria nas duas grandes guerras mundiais, ao final das quais se consolida, no bloco ocidental, a hegemonia norte-americana. Com isto, põe-se fim ao longo período de turbulências que caracteriza o desmantelamento da hegemonia inglesa, exercida no período do capitalismo concorrencial.

A hegemonia norte-americana unifica o conjunto do imperialismo em um bloco e liquida o neocolonialismo europeu – ainda que, evidentemente, vestígios sobrevivam até hoje, inclusive do velho colonialismo francês em plena América do Sul –, estabelecendo-se tanto no plano econômico, de acordo com a institucionalidade definida nos acordos de Bretton Woods, quanto no político (inclusive militar) e consolidando-se pela constituição de um sistema global de cultura que garante formas de integração social, através do consumo de massa, da indústria cultural e dos meios de comunicação massivos, e de integração da periferia, através de políticas de apoio ao desenvolvimento. O poder de comando dos Estados Unidos elimina qualquer possibilidade de disputas interimperialistas, deslocando toda conflituosidade para a disputa com o sistema soviético, na periferia.

Com o fim da Guerra Fria e o desmantelamento da União Soviética, nos anos 1990, esse poder de comando não se abala; ao contrário, reforça-se com a constituição de um mundo unipolar, levando Antonio Negri e Michael Hardt (2001, p. 14) a pensar a transição do sistema imperialista para um suposto império. Segundo os autores, “o conceito de império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo império não tem limites”. Todavia, logo na entrada dos anos 2000, essa ideia de império se viu

abalada (e desmentida) pelos atentados de 11 de setembro de 2001 e pela resposta claramente imperialista dos Estados Unidos e de seus aliados no Afeganistão e no Iraque. Mas a unipolaridade é uma condição real, embora crescentemente frágil, se tomarmos como pontos de corte, mais ou menos arbitrariamente, os anos de 1991, com o fim da União Soviética, e de 2022, com a guerra imperialista contra a Rússia, ainda que esta já houvesse se iniciado como guerra híbrida (KORYBKO, 2018), com o golpe de 2014 na Ucrânia.

A ideia de um mundo unipolar que confirmasse o destino manifesto que a elite norte-americana supõe possuir, comprovado pelo fato de que estaríamos presenciando o final da história (FUKUYAMA, 1992) e a eternidade da sociedade da mercadoria, a grande ideia força do pensamento pós-moderno nunca passou de um sonho de verão do neoliberalismo triunfante dos anos 1990. Como se sabe, a crise da hegemonia vinha dos anos 1970, decorrência das fragilidades do sistema de Bretton Woods, mas ela já estava explícita desde a década anterior e permaneceu vigente por todos aqueles anos. Agora, o que estamos presenciando é uma fase avançada dessa mesma crise.

Leda Paulani (2022) comparou dois momentos de crise da hegemonia norte-americana (nos anos 1970 e hoje), cujas semelhanças eu também notei nos dois artigos citados. Se, naquele momento, o resultado da iniciativa do governo Reagan foi, no final das contas, a derrocada da União Soviética, a guerra econômica decretada hoje pela aliança dita ocidental contra a Rússia parece indicar um caminho inverso, com um renovado questionamento da hegemonia do dólar e aprofundamento da crise na Europa, que lutava para superar as consequências da pandemia de Covid-19 e que, agora, vê-se diante da guerra, da crise humanitária e de milícias nazistas armadas às suas portas, além de estar sendo fortemente afetada pelo impacto reverso das sanções, frente a um bloco eurasiático que se fortalece.

Ao deixar claras as diferenças entre os dois momentos, o artigo de Paulani deve ser entendido como análise, em dois tempos, de um processo único, de longo prazo, de uma decadência que se supôs superada com a globalização e o mundo unipolar sonhado pelo neoliberalismo, cujo fracasso hoje é mais que evidente, pois as contradições inerentes ao capitalismo nunca se resolvem propriamente, de forma cabal, mas deslocam, antes, para níveis sempre mais elevados, as possibilidades de ruptura, de progresso ou de barbárie.

No que se refere à guerra atual, considerando suas origens mais remotas, desde o final da Guerra Fria, passando pelo golpe na Ucrânia, em 2014, as iniciativas do imperialismo sempre estiveram referenciadas na velha teoria do poder eurasiático que empurra os Estados Unidos, a Europa ocidental e a Otan contra a Rússia. Porém, na situação atual, observamos que, em última instância, a iniciativa é contra a China, visto que o gigante asiático representa um perigo maior do ponto de vista da hegemonia norte-americana nos planos econômico e tecnológico. Se, neste momento, a crise da hegemonia atinge um nível em que a saída militar se apresenta como opção real, é claro que esta já estava posta, como possibilidade, pelo governo dos Estados Unidos, desde pelo menos os anos 1990.

Mas não se trata já de uma disputa entre dois sistemas de vida, senão entre dois blocos geopolíticos estruturados no interior do sistema capitalista global, de modo que o que está em causa não é, em princípio, o capitalismo, mas a hegemonia norte-americana na globalização, a qual não representa outra coisa senão a nova estrutura do imperialismo após a derrocada do socialismo real europeu. O que dificulta a compreensão é o fato de que

o desafio não vem do centro do capitalismo, mas da periferia de um sistema em que as guerras interimperialistas foram eliminadas há oito décadas, como comprovam os dois momentos citados, de submissão da Europa a uma estratégia política e militar da potência hegemônica, mesmo à custa de seus interesses imediatos².

A adequação das instituições que balizaram as relações de poder entre estados nacionais ao longo do período expansivo do pós-guerra ao mundo unipolar que a potência hegemônica acreditava ter finalmente construído tem garantido o enquadramento dos seus sócios europeus, que claramente reconhecem neste momento o Estado norte-americano como o instrumento de comando político do conjunto do capital monopolista. A reestruturação produtiva, comandada também pelos Estados Unidos, é um elemento importante na nova configuração do sistema. Basta lembrar que as vantagens competitivas que países como Alemanha e Japão apresentavam nos anos 1970, questionando a hegemonia norte-americana sobretudo nas indústrias automobilística e eletroeletrônica, dissolvem-se no novo modo de regulação e nos novos setores dinâmicos: informática, telecomunicações e todas as áreas emergentes vinculadas às tecnologias da informação e da comunicação, inclusive as biotecnologias e a ampla gama de inovações derivadas até a internet das coisas e a inteligência artificial.

A situação atual mostra a força da institucionalidade definida ao final da Segunda Guerra e reestruturada com a ruptura dos acordos de Bretton Woods, o colapso do sistema soviético e a unipolaridade, para manter unido o bloco imperialista a serviço do capital monopolista, sem, no entanto, resolver as contradições que levaram à crise de hegemonia. Assim, um dos temas importantes à época em que Lênin escreveu o seu livro clássico sobre o tema era a partilha da China entre as mesmas potências imperialistas que hoje se veem desafiadas pelo avanço do capitalismo chinês³. O inusitado é justamente o fato de o

² Isto não significa que esse tipo de guerra não possa voltar a ocorrer no futuro, pois “o que constitui a própria essência do imperialismo é a rivalidade entre várias grandes potências com vista à hegemonia” (LÊNIN, 1979, p. 90) – o que invalida não apenas a teoria do superimperialismo de Karl Kautsky, contra quem são dirigidas as análises de Lênin, mas também a definição de “império” de Negri e Hardt (2001).

³ As referências de Lênin aos planos de partilha da China estão no oitavo capítulo do livro aqui citado, intitulado *O parasitismo e a decomposição do capitalismo*. Num ponto em que recupera um trecho importante da contribuição de John Atkinson Hobson em que este aponta a capacidade que tem o imperialismo em cooptar amplas camadas burguesas e não burguesas da economia nacional, ao deslocar para as colônias parte fundamental da produção material, enquanto o país vai-se tornando rentista, como ocorria de forma paradigmática naquele momento com a Inglaterra. À excelente análise de Hobson, Lênin (1979, p. 103) trata de “acrescentar somente que, no interior do movimento operário, igualmente os oportunistas [...] ‘atuam’, sistemática e persistentemente”, em favor de uma situação que “cria a possibilidade econômica de corromper as camadas superiores do proletariado”. Toda a discussão é muito importante porque deixa clara a vigência ainda daquele racismo científico a que se refere também David Harvey (2004), que garante a integração social no centro. Lênin (1979, p. 103) cita, por exemplo, “o oportunista alemão Gerhard Hildebrand [...], quando preconiza a formação dos ‘Estados Unidos da Europa Ocidental’ (sem a Rússia) com vista a ações ‘comuns’ [...] contra os negros da África, contra o ‘grande movimento islâmico’, quando preconiza a manutenção de ‘um exército e de uma força poderosa’ contra a ‘coalizão sino-japonesa’”. A atualidade do texto impressiona, se pensarmos, guardadas as devidas proporções e com as adaptações necessárias, tanto nas estratégias geopolíticas do imperialismo quanto na existência de uma esquerda imperialista eurocêntrica. Boa parte da esquerda atual, especialmente a europeia, tem adotado, frente à guerra, uma espécie de idealismo de cunho moral que se identifica, em linhas gerais, com definições abstratas de democracia, mais ou menos radicais, não importa, que acabam →

desafiante do novo poderio industrial norte-americano não fazer parte do bloco imperialista⁴, tratando-se antes de um país subdesenvolvido, que realizou uma revolução socialista épica, organizado sob um regime de partido único que decidiu desenvolver um capitalismo que se mostrou extremamente vigoroso nos planos industrial e tecnológico.

Seu crescimento, ao longo das últimas décadas, desde as reformas promovidas a partir dos anos 1970, acabou por promover uma mudança profunda nas relações de poder econômico em nível mundial que ameaçam a hegemonia econômica norte-americana. Sua aliança estratégica com a Rússia – um país subdesenvolvido também, mas não no setor aeroespacial e sobretudo no militar, no qual preserva inclusive a dianteira em elementos-chave, como os mísseis supersônicos, o que pressupõe uma importante capacidade de desenvolvimento tecnológico, certamente herdado do período soviético – acende as luzes do perigo eurasiático que tira o sono dos estrategistas do Pentágono e da Casa Branca. Nesse sentido, podemos entender as provocações contra a Rússia que levaram ao atual conflito na Ucrânia como um passo planejado para um futuro ataque preventivo contra a China, visando retomar, ou preservar, a hegemonia econômica contestada, mesmo à custa de uma ruptura radical do sistema global em duas partes, relançando, em termos renovados, a Guerra Fria.

A globalização representa um estágio avançado do imperialismo, em que este apresenta grande amplitude e coerência interna, mas, por citar mais uma vez Lênin (1979, p. 28), “que os cartéis suprimam as crises, eis uma fábula dos economistas burgueses que se propõem embelezar o capitalismo. Pelo contrário, o monopólio criado em certas indústrias

→ coincidindo no mais das vezes com os critérios de exclusão em que se baseiam os ideólogos burgueses, pós-modernos, neoliberais e a mídia hegemônica global na construção do seu outro. Assim, mais do que simples opção reformista no interior do movimento operário, justificada com argumentos de ordem estratégica, trata-se da própria infiltração do pensamento pequeno burguês que pretende influenciar os movimentos e a classe trabalhadora, profundamente ressentida das derrotas sofridas ao longo de todo o período neoliberal e da reestruturação produtiva. Com o aprofundamento da crise, essa pregação reformista da esquerda pequeno-burguesa – que adotou, em larga medida, quando esteve no poder, as práticas neoliberais – torna-se pouco atrativa frente à pregação antissistêmica da extrema direita que, no poder, tem aplicado um neoliberalismo ainda mais radical e mais cruel. Nessas condições, frente ao conflito atual, cabe enfatizar, não se trata simplesmente de defender a posição da Rússia (embora isso não deixasse de ser legítimo frente às agressões imperialistas), mas de impulsionar o movimento operário europeu ocidental, frente à crise, em direção ao enfrentamento às burguesias nacionais e à Otan, sob a velha bandeira “contra a guerra, revolução”. Mas a capitulação frente ao neoliberalismo ao longo de praticamente meio século retira das domesticadas esquerdas institucionais europeias sua legitimidade junto às massas.

⁴ Inusitado, digo, mas não inexplicável, se considerarmos, com o devido *aggiornamento*, na linha do que foi dito na nota anterior, o imperialismo como “capitalismo parasitário ou decomposto”, destacando a sua tendência à criação de um “Estado-Rentista”, um “Estado usurário, cuja burguesia vive, cada vez mais, da exportação dos seus capitais” (LÊNIN, 1979, p. 123-124), o que não significa impedimento ao “rápido crescimento do capitalismo”. Este, “no seu conjunto, desenvolve-se muito mais rapidamente do que dantes, mas tal desenvolvimento surge geralmente de forma desigual, manifestando-se essa desigualdade de desenvolvimento principalmente através da decadência dos países ricos em capital (Inglaterra)” (LÊNIN, 1979, p. 124). O autor aponta, a esse respeito, o deslocamento da produção material (primeiro agrícola e mineira, depois industrial) para a periferia (as colônias) como tendência profunda do caráter crescentemente rentista dos países imperialistas – especialmente, naquele momento, a Inglaterra. Claro que o processo atual, de desenvolvimento do capitalismo na China sob o comando do Partido Comunista, é outra coisa, mas o fundamento econômico por trás da transformação desse país asiático na grande potência industrial do planeta, a partir, diga-se de passagem, dos acordos de colaboração com os Estados Unidos, não é diferente.

agrava e aumenta o caos inerente ao conjunto da produção capitalista”. Vemos que problemas crescentes de competitividade se apresentam desde os anos 1970, atacados por dois lados, com a implantação das políticas neoliberais e a reestruturação produtiva, sobre a base da revolução microeletrônica, mas o avanço da economia chinesa desde então complica a equação a partir do momento em que ela se estabelece inclusive no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e, portanto, no plano da cultura material e da ideologia tecnicista que até há pouco advogava a superioridade do capitalismo americano.

No concernente à cultura espiritual, o processo é mais lento, mas o esforço de guerra, de cancelamento da cultura russa, da sua literatura universalmente reconhecida, da sua influente música erudita, ao demonstrar o atrelamento da autoproclamada cultura ocidental – na verdade, a cultura industrializada e tornada mercadoria do capitalismo tardio – à economia e aos interesses hegemônicos, deslegitima-a, expondo a inversão entre fins e meios e o caráter irracional que caracteriza a racionalidade burguesa, na visão, mais uma vez, de Celso Furtado (1978). O aparelhamento das instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Organização Mundial da Saúde (OMS), as quais, por exemplo, emudeceram diante das denúncias de existência de laboratórios aptos a desenvolver armas biológicas na Ucrânia, ou do brutal esforço de armamento do exército daquele país e das milícias nazistas visando apenas prolongar uma guerra por toda evidência perdida e dificultar um acordo de paz, ou ainda o inédito ataque à liberdade de expressão e ao direito à informação, ativando adormecidos mecanismos de censura, perseguição a jornalistas, tudo isso, ao lado da longa e conhecida história de intervenções militares dos Estados Unidos por todo o mundo, de silenciamento diante de notáveis ataques aos direitos humanos no Iêmen, na Palestina, em Guantánamo ou em Abu Grabi, tudo concorre para a deslegitimação da hegemonia global⁵, colocando em primeiro plano a problemática da propaganda de guerra.

⁵ Com a guerra das sanções, esse processo de deslegitimação tem atingido a própria hegemonia do dólar, que é o que se vem tratando de defender desde o início dos anos 1970. O recorrente uso político do poder da moeda de circulação internacional – conferindo aos Estados Unidos, em nível mundial, um poder de que os estados nacionais só dispõem nos limites das suas fronteiras –, que se evidencia nos sequestros de reservas de países como a Venezuela, o Afeganistão e agora a Rússia (como parte de uma política de bloqueio econômico utilizada contra vários países em todo o mundo), tem minado a confiança na sua capacidade de coordenação global. A resposta da Rússia, exigindo pagamento em rublos pelas matérias-primas e energéticas que vende aos países não amistosos sugere um retorno da crise de legitimidade do dólar que se seguiu à decretação da inconversibilidade no início dos anos 1970, fortalecendo a possibilidade de um poder monetário alternativo lastreado, se não no ouro, na existência de matérias primas de grande valor potencial (gás, petróleo, terras raras, metais importantes para empresas de tecnologia), que garantiram a revalorização do rublo frente ao dólar e ao euro em meio à guerra. Nessas condições, a própria capacidade de manutenção de uma custosa estrutura militar adequada ao mundo unipolar que se pretende preservar torna-se motivo de fundadas suspeitas. Assim, a legitimidade se deteriora na medida em que o poder monetário é utilizado nas disputas políticas e militares, deixando a regulação econômica contaminada por interesses estratégicos vinculados à própria crise da hegemonia, isto é, à incapacidade do *hegemon* de garantir a estabilidade do sistema, especialmente tendo em vista o caráter belicoso dos Estados Unidos e da Otan, com bases militares espalhadas pelo mundo e um largo histórico de intervenções militares por todo o mundo, sob alegações as mais diversas e nem sempre comprovadas – como desrespeito aos direitos humanos, defesa de identidades, de interesses de terceiros países, existência de armas, falta de democracia, ataques ao meio ambiente –, das quais os próprios Estados Unidos poderiam ser justamente acusados.

A transição do sistema global de cultura

Nessas condições, podemos perceber nitidamente como funcionam, de forma articulada, as estruturas que compõem, na sua totalidade, o atual sistema imperialista sob hegemonia norte-americana nos planos econômico-financeiro, político, militar, tecnológico e cultural-comunicacional. No caso das grandes empresas oligopolistas, é eloquente a unanimidade em relação à política de sanções imposta à Rússia, incluindo o campo cultural e da comunicação e as associações esportivas, ou ainda as operadoras de cartões de crédito e outras, confirmando a unidade de ação do conjunto do capital monopolista. O YouTube, por exemplo, não apenas aderiu à censura às empresas de mídia russas determinada pelos governos europeus, como a estendeu a todo o mundo, por iniciativa própria. Todas essas empresas têm sede nos países imperialistas citados por Lênin em 1916, ou naqueles outros cujas economias se integraram a eles umbilicalmente, como os da União Europeia, do Canadá e da Austrália, o que, no total, coincide em linhas gerais com aquele espaço definido por Furtado (1978) como o das duas primeiras áreas de difusão da civilização industrial a partir do seu núcleo original na Inglaterra, que ele define como desenvolvidos, por oposição aos subdesenvolvidos, estes também fruto do mesmo processo de difusão da civilização industrial⁶.

A subordinação da Europa se explica, acima de tudo, por essa integração econômica do sistema imperialista no pós-guerra, que se reforça com a chamada globalização. Para Furtado (1978), essa integração econômica está intimamente vinculada à unificação da cultura material e, com ela, da cultura espiritual, comandada pelo capital transnacional norte-americano. Um aspecto chave nesse sentido é o da organização do sistema de comunicação em nível mundial como parte da institucionalidade imperialista desde o pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, de tal forma que comunicação e cultura, informação e ficção, fruição e propaganda se confundem em perfeita promiscuidade, ferindo de morte a autonomia cultural e facilitando a ação dos mais sofisticados mecanismos de controle e manipulação da opinião pública. Como consequência da reestruturação produtiva e do conjunto de transformações ocorridas no período da globalização neoliberal, esse sistema vem passando por uma transição fundamental com a passagem da velha indústria cultural para a nova, subsidiária do desenvolvimento da economia política da internet, das redes sociais e das plataformas digitais.

A indústria cultural se apresenta no pós-guerra como uma instituição fundamental do sistema imperialista sob o comando dos Estados Unidos. Até então, a esfera pública, à época de ouro dos imperialismos europeus, sob hegemonia inglesa, articulava-se, em níveis nacional e internacional, através de jornais e agências de notícias. O rádio era um importante meio de entretenimento, e a televisão ainda não existia, embora sua tecnologia já estivesse desenvolvida e pronta para ser lançada, o que ocorrerá rapidamente no pós-guerra por todo o mundo, sob o manto, da mesma forma que as telecomunicações, da soberania nacional no

⁶ Por outro lado, é preciso registrar que não se trata de um espaço homogêneo, mas hierárquico, fruto também de um processo de desenvolvimento desigual. Assim, não se pode identificar a posição de países como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e todo o leste europeu integrado hoje na Otan ou na União Europeia com aquela da França, da Inglaterra ou do Canadá.

que se refere a acordos internacionais para a divisão do espectro. Constituem-se, assim, indústrias culturais integradas, tendo por centro dinâmico mercados nacionais de televisão organizados como oligopólios altamente concentrados, ou monopólicos, públicos ou privados.

No plano internacional, prevalecem as indústrias fonográfica e cinematográfica norte-americanas que se expandem globalmente, deslocando as cinematografias nacionais para as margens e integrando a produção musical mundial sob o comando de um oligopólio internacional hegemônico pelas grandes gravadoras. A constituição de uma cultura internacional popular (ORTIZ, 1988) sob o comando dos Estados Unidos daí resultante baseava-se na articulação do conjunto dos sistemas nacionais e internacional que garantia a expansão relativamente autônoma de cada uma das diferentes indústrias culturais nacionais, mas enquadradas, de um modo geral, pela mesma forma cultural (WILLIAMS, 2000), que acaba por implantar uma estrutura de sentimento (WILLIAMS, 1980) que se difunde por todo o mundo. Trata-se de um segundo movimento de unificação cultural do capitalismo, após aquele indicado por Furtado (1978), de difusão da cultura material e espiritual da civilização industrial a partir do seu núcleo de origem na Inglaterra. No caso em tela, há também uma expansão da cultura material, a partir do fenômeno das empresas transnacionais, que imprime, ademais, um caráter particularmente adequado à consolidação do capitalismo global pelo papel que cumpre a publicidade na sua organização industrial. A particularidade dessa nova forma de organização da esfera pública é que a informação se mistura e cede espaço para a ficção, esterilizando o seu potencial crítico de forma ainda mais radical que aquela apontada por Jürgen Habermas (1984) no seu trabalho original sobre a constituição da indústria cultural na virada do século XX e sofisticando os seus mecanismos de controle e de manipulação.

Essa estrutura, adequada ao modo de regulação do capitalismo vigente no pós-guerra, será fortemente impactada pela reestruturação produtiva. Assim como ocorrerá também nas telecomunicações, o conceito de soberania nacional perde totalmente o sentido diante de uma aguda internacionalização que reforça o poder de comando dos Estados Unidos à medida que são as grandes empresas de internet e as plataformas digitais com sede naquele país que acabarão por dominar o ambiente, especialmente a partir da privatização da internet, em 1995, e da crise das empresas de tecnologia, de 2000, que abriu espaço para uma profunda centralização de capital em torno de um punhado de empresas oligopolistas que são as atuais responsáveis pela coordenação do conjunto do novo sistema global de cultura, no interior do qual os capitais antes hegemônicos nas diferentes indústrias culturais em nível nacional deverão acomodar-se, o que evidentemente não significa que tenham perdido necessariamente a capacidade de reproduzir-se de forma ampliada no interior da nova estrutura. O poder econômico de que dispunham, no entanto, foi drasticamente reduzido, obrigando-os a adotar estratégias essencialmente adaptativas diante do capital internacional monopolista que controla agora o campo.

Essa condição subordinada, por certo, se apresenta em graus diversos, de modo que as indústrias culturais nacionais apresentarão diferentes níveis de autonomia frente à cultura capitalista global e sua tendência homogeneizante, o que reduz em diferentes medidas o potencial de desenvolvimento endógeno, pois a dependência cultural daí resultante, ligada às complexidades do processo formativo em cada caso, se traduz em dependência

tecnológica estrutural, como se pode observar no caso paradigmático das economias brasileira e latino-americana, que, se fosse o caso de definir um gradiente, estariam situadas no extremo oposto ao da China, que soube preservar, até aqui, importante grau de autonomia e capacidade de ação nos planos econômico, tecnológico, político e cultural. Do ponto de vista da nossa discussão, o mais importante a ressaltar nessa situação é a capacidade que tem o novo sistema global de cultura de facilitar o controle da opinião pública em larga escala, em nível internacional, o que fica mais que evidente no momento da guerra, quando os velhos mecanismos da propaganda vêm à tona, ganhando relevância frente àqueles da publicidade no interior da indústria cultural, a serviço do imperialismo.

O nível em que isso se dá ilustra até que ponto chegou a integração entre as burguesias nacionais, representadas pelo setor monopolista da produção cultural – setor dominado da classe dominante, diria Pierre Bourdieu (2008) –, que desempenha funções técnicas bem definidas – de publicidade e propaganda, a serviço do conjunto do capital monopolista (BOLAÑO, 2000) – que poderiam alça-la à condição de forma funcional de todo direito. Sua organização, na forma descrita, de um oligopólio global altamente concentrado, articulando uma complexa rede de capitais, também oligopolistas, que garantem a inserção do conjunto em cada mercado nacional, implica a subsunção do capital cultural (no sentido de Marx, não de Bourdieu) dos países mais e menos dependentes, que passam a comportar-se como agentes do “imperialismo cultural” (SCHILLER, 1976), para usar, num sentido mais preciso, a expressão célebre que caracterizou toda uma importante escola de pensamento comunicacional latino-americano.

A impressionante unanimidade na cobertura da guerra, nas análises e interpretações e nas estratégias de midiaticização do conjunto da chamada mídia corporativa, não apenas dos países do autodenominado bloco ocidental, mas também daqueles subdesenvolvidos – por exemplo, de toda a América Latina, salvo poucas e honrosas exceções –, mostra a extrema funcionalidade do sistema em relação aos interesses do capital monopolista, do sistema financeiro internacional, da indústria armamentista e do complexo industrial-militar norte-americano.

Mas esse consenso e a profunda vinculação de uma estrutura de poder comunicativo global capitalista com o conjunto das instituições constitutivas do sistema imperialista, cumprindo papel de destaque no desenvolvimento das ações políticas e militares deste, pode ser observada em inúmeros outros casos, nas primaveras árabes, nas revoluções coloridas, nos processos de *lawfare* por que passou a América Latina em anos recentes, enfim, estamos falando da coluna vertebral de um sistema de comunicação que se capilariza logo, constituindo uma extensa malha de meios de comunicação que repercute nas redes, influenciando fortemente a opinião pública internacional, especialmente no chamado mundo ocidental. A guerra, nesse sentido, é um momento em que as máscaras caem e os campos da comunicação e da cultura, no capitalismo, revelam a sua subordinação ao complexo político, econômico e militar das potências imperialistas.

Elementos para uma agenda de pesquisa

Como estamos tratando de uma transição em marcha do sistema global de cultura, cujos contornos definitivos estão já bem delineados, mas ainda não completamente

definidos, é fundamental entender de que forma e em que medida o velho sobrevive no interior do novo e a indústria cultural se integra numa estrutura mais complexa, que inclui as empresas de internet, as plataformas digitais e outras estruturas de mediação social, como as inúmeras empresas que se valem de aplicativos para estabelecer comunicação com o público consumidor. No que interessa aqui mais de perto, é fundamental saber como os diferentes atores se completam e, de forma particular, como a mídia tradicional e os agentes atuantes nas redes sociais se articulam nas estratégias dos agentes hegemônicos e quais as brechas deixadas para ações contra-hegemônicas. Por mais sofisticados que sejam os mecanismos de vigilância e controle, incorporando todas as conhecidas ferramentas da publicidade e da propaganda à nova lógica algorítmica, com uso de robôs, inteligência artificial, etc., as contradições sempre afloram e as águas sempre encontram seu curso.

Nos dois textos citados no início deste artigo, tratei de apresentar alguns pontos que considero importantes para a construção de uma agenda de pesquisa para os campos da comunicação e da economia política da comunicação, em particular, sobre a guerra atual, que deve ser entendida em todas as suas dimensões, para além dos campos geopolítico e militar, especialmente na sua configuração de guerra da informação e guerra econômica mundial. Em resumo⁷:

1. Esclarecimento da estrutura do sistema imperialista e suas contradições internas, considerando, de forma integrada, a articulação, no plano institucional, das esferas econômica, política, inclusive militar, e cultural. Neste último caso, encontra-se o sistema de legitimação da dominação, em plena transição hoje, com a consolidação da economia da internet e as plataformas digitais, que acabaram por impor um modelo de regulação fortemente apoiado em sistemas algorítmicos de vigilância e controle do trabalho e da opinião pública.
2. Esta análise deve estar solidamente fundamentada teoricamente nos termos da crítica da economia política, mas seu objetivo é essencialmente esclarecer os processos históricos que conduziram à atual configuração daquele sistema integrado – econômico, político e cultural – referido, que o leva a organizar-se e a funcionar de determinadas formas, seguindo determinadas lógicas e cumprindo, cada um dos seus elementos, determinadas funções, que lhe conferem certa coerência e efetividade em meio a suas contradições.
3. Num plano mais concreto, a análise deve esclarecer como, na guerra, a lógica estatal da propaganda adquire preponderância no sistema de comunicação, deixando em segundo plano aquela, econômica, da publicidade que, não obstante, permanece determinante, em última instância. No caso em tela, é preciso considerar a existência, ao lado do sistema imperialista global, de um bloco opositor, ainda que também capitalista e organizado até aqui como parte constitutiva do sistema global de cultura.

⁷ Por comodidade, não destaco aqui entre aspas o que foi extraído diretamente dos textos referidos, que são da minha própria lavra. De modo geral, houve mais cortes aqui que acréscimos, embora o resultado sejam 10 pontos, em vez dos nove originais. Mas trata-se de uma alteração meramente estética, que preserva basicamente o mesmo conteúdo, condensado, excluindo referências empíricas que, há seis meses, eram muito poucas, mas que hoje constituem um farto material disponível para os pesquisadores.

4. A mobilização unitária do imperialismo contra a Rússia inclui a ação decisiva do capital monopolista de empresas como Apple, Sony, Disney, Netflix, Microsoft, ou das plataformas Google e YouTube, que aderiram ao programa unificado de censura, que passa pela proibição da *Russian Today (RT)* e da *Sputnik News* em todo o território europeu. O ataque concertado à liberdade de expressão e ao direito à informação só encontra justificativa na necessidade de impedir a divulgação de visões alternativas dos fatos, para além daquela única divulgada pelo conjunto da mídia corporativa dita ocidental.
5. As análises comparativas da cobertura do conflito por parte dos diferentes meios de comunicação de massa de ambos os lados, bem como o monitoramento das ações de censura e de controle da informação e dos ataques aos jornalistas que atuam no terreno⁸, são aspectos fundamentais para o esclarecimento dos fatos, exigindo redobrado cuidado com a checagem das informações, pois as chamadas *fake news* são hoje um instrumento amplamente utilizado na luta política, que adquire evidente relevância como estratégia de guerra psicológica.
6. É fundamental garantir a maior isenção na descrição dos fenômenos, pois a verdade existe e está do lado da classe trabalhadora. As evidências produzidas através dessa análise isenta – não neutra, ou “objetiva”, como nos manuais de redação das grandes empresas de mídia, cuja função não é outra senão controlar o trabalho dos jornalistas – ajudarão a compor o quadro geral da institucionalidade capitalista referida no ponto 1 e das articulações de interesse (do ponto de vista da propaganda) entre as diferentes empresas midiáticas que constituem o sistema global de comunicação.
7. Um exemplo revelador é o da Apple, que decidiu deixar de ofertar seus produtos na Rússia, mas manteve a venda de aplicativos e outros serviços, segundo reportagem da *Deutsche Welle (DW)*, transmitida em 4 de março de 2022. Katie Harbath, da International Republican Institute, entrevistada pela emissora, avalia que é importante que as plataformas tecnológicas sigam operando na Rússia em meio ao boicote, pois seriam “uma das poucas ferramentas dos ativistas que não estão controladas pelos meios estatais”, ou ainda, “uma das poucas formas de tentar apresentar informação para contrapor o que vem do governo”. Assim, elas “tentam ser úteis ao país, mas sem ir muito longe para que Putin lhes permita continuar disponíveis”, operando assim um “delicado equilíbrio” entre, segundo os autores da reportagem, “as pressões ocidentais” e “as atuais regras do jogo da informação na Rússia”.
8. Análises comparativas entre a cobertura dessa guerra e de outras – em Iraque, Líbia, Iugoslávia, Afeganistão, Iêmen – por parte dos meios hegemônicos também poderão ajudar a entender as vinculações entre elas e o funcionamento da máquina de propaganda do imperialismo, seu *modus operandi*. Afirmar que o controle da informação, a desinformação e a mentira sempre fizeram parte das guerras e que os dois lados em confronto sempre se valem desse tipo de estratégia não tem nenhuma utilidade.

⁸ Como no caso do espanhol Pablo González, preso na Polônia quando cobria o movimento dos refugiados da Ucrânia, fronteira de onde provinham fortes denúncias de racismo e tratamento violento contra trabalhadores e estudantes africanos e indianos por parte de autoridades ucranianas.

É preciso conhecer os mecanismos concretos, caso a caso, padrões de funcionamento e assimetrias constitutivas da estrutura de poder na qual estão inseridas.

9. Um aspecto fundamental para entender essa estrutura na atualidade refere-se a sua transição (e reforço), ganhando centralidade no seu interior as chamadas redes sociais que, como bem lembrou Ignacio Ramonet, em entrevista à *Telesur*, transmitida em 10 de março de 2022, não estão submetidas às formas conhecidas de regulação democrática dos meios de comunicação convencionais e, ademais, não se organizam prioritariamente como meios de comunicação com o objetivo de transmitir informação, mas como mecanismos de mobilização de sentimentos, o que as torna particularmente adequadas para a ação da propaganda.
10. A consideração anterior remete a outro tema importante: o dos mecanismos como o da hibridação entre informação e ficção, muito conhecido dos estudiosos do mercado brasileiro de televisão. Numa situação de guerra, como a que estamos vivendo, o controle da informação, a propaganda e a vigilância apresentam-se apenas de forma mais radical e mais exemplar em relação ao funcionamento, digamos, normal do sistema, visível também em outras situações, como os processos de *lavafare* referidos acima ou a ação dos oligopólios da comunicação nos processos eleitorais e na vida política cotidiana.

Concluo este artigo na mesma linha dos anteriores⁹, defendendo a importância da perspectiva da economia política da comunicação e da cultura, que vem se estabelecendo, no interior do campo da comunicação, como perspectiva marxista rigorosa de estudo de uma esfera de poder crescentemente importante à medida que a sociedade se massifica e o capital se globaliza. As reflexões sobre o imperialismo, em particular, não podem excluir mais o conhecimento desse elemento chave das estratégias de poder, para além das limitações das antigas teorias da dependência ou do imperialismo cultural. O tronco hegemônico da epistemologia da comunicação, por outro lado, dadas as suas vinculações históricas com as estruturas de poder econômico e político internacional, não é capaz de revelar as contradições daquela complexa estrutura.

A (crítica da) economia política da comunicação e da cultura tem, ao contrário, a capacidade de fazê-lo de forma cabal, na medida da sua herança marxiana, mas isso exige entender que não se trata de mero exercício teórico de construção de modelos mais ou menos sofisticados, como alhures, mas de reflexão fundada na realidade, visando transformá-la radicalmente, o que só será possível, dadas as condições objetivas mais que maduras prevalentes, sob o impulso de uma classe trabalhadora organizada e consciente do seu papel histórico. À falta dessa condição subjetiva fundamental, as chamadas esquerdas seguirão iludidas com a engenhosidade do *mainstream* epistemológico global e enredadas em disputas discursivas de quinta ordem para caracterizar o momento atual, muitas vezes buscando, no passado das disputas entre os grandes vultos do marxismo, uma lição, quando, de fato, eles só nos deixaram, no fundo, duas: o método de Marx e a sua

⁹ O último parágrafo abaixo foi copiado de um dos artigos mencionados, sem a devida (mas desnecessária, por redundante) referência, com intuito puramente estético.

inquebrantável fidelidade aos interesses da classe trabalhadora. Sobre essa base podemos julgar nossos antecessores, sobre essa base seremos julgados.

Referências

BOLAÑO, César. Ucrânia: imperialismo e guerra da informação. *Outras Palavras*, 21 mar. 2022a. Disponível em: <<https://acortar.link/asGc09>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. Guerra da Ucrânia, imperialismo e comunicação. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 25 mar. 2022b. Disponível em: <<https://acortar.link/5lTXS3>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, Pólis, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2004.

CHESNAY, François. El ‘campismo’ y mi posición sobre la guerra. *Herramienta Web* 38, 24 abr. 2022. Disponível em: <<https://acortar.link/MtE0Zq>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FIORI, José Luís. O mundo depois da Ucrânia. *Outras Palavras*, 22 jul. 2022. Disponível em: <<https://acortar.link/J8kqvA>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

JAPPE, Anselm. Cortem o gás russo. *A Terra é Redonda*, 25 mar. 2022. Disponível em: <<https://acortar.link/k7unGC>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PAULANI, Leda. Estagflação, preço do petróleo escalando e dólar questionado: anos 2020, ou anos 1970? *Vermelho*, 25 mar. 2022. Disponível em: <<https://acortar.link/S1tieQ>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SCHILLER, Herbert. *O império norte-americano das comunicações*. Petrópolis: Vozes, 1976.

WILLIAMS, Raymond. *Tecnologia e forma cultural*. Roma: Editori Riuniti, 2000.

_____. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 1980.

ŽIŽEK, Slavoj. Pacifism is the wrong response to the war in Ukraine. *The Guardian*, 21 jun. 2022. Disponível em: <<https://acortar.link/iEUZdI>>. Acesso em 30 jul. 2022.

César Bolaño

Professor titular aposentado da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Diretor da *Revista EPTIC* e coordenador do Grupo Comunicação, Economia Política e Sociedade (Obscom/Cepos), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenador do GT Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).